

Num mar de estufas, só nos faltava o petróleo!

A década de 90 trouxe ao Litoral Alentejano, em particular ao Concelho de Odemira, a agricultura intensiva, apoiada na tríade: Plástico, Produtos Químicos e Exploração de mão-de-obra barata.

Agricultura assente no perímetro de rega do Mira e na barragem de Santa Clara.

O Concelho de Odemira, que ainda nos é vendido pelos senhores do turismo como de excelência ambiental, está em risco de descaracterização a que já assistimos noutros locais e sabemos os riscos ambientais que comporta.

O Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina está “refém” do seu próprio plano especial que se sobrepõe a qualquer outro, com exceções quanto às intervenções no Perímetro de Rega do Mira: a agricultura intensiva continua a ocupar mais e mais território.

A agricultura intensiva e esclavagista é a maior tragédia que aconteceu ao concelho de Odemira nas últimas décadas.

- Onde estão os estudos de impacto ambiental? Existem para as condições de exploração intensiva a que assistimos?

- Qual o controlo à quantidade de químicos que diariamente é despejada no solo?

- Como garantir a preservação do padrão de diversidade da paisagem agrícola? Há plástico a mais e controlo ambiental a menos dentro do Parque Natural?

- Há um real sistema de monitorização da qualidade da água que entra na exploração agrícola e da água que sai para as ribeiras e lençóis freáticos, após a sua passagem pelos sistemas de rega das explorações agrícolas?

- E temos a tragédia humana que esta nova realidade trouxe ao Alentejo. Poucas dúvidas haverá sobre a existência de escravatura e tráfico humano nestas explorações. Basta estar atento às investigações judiciais e à comunicação social.

A avidez de mão-de-obra barata criou uma nova realidade para a qual o Alentejo não estava preparado e que não podemos tolerar. Num país de emigração como o nosso, a imigração nunca poderá ser um problema, será até uma das soluções para o nosso baixo índice demográfico e para a latente falta de mão-de-obra em alguns setores.

Acolher trabalhadores sim, mas com as devidas condições de habitação e com a justa retribuição do seu trabalho. Acolher de forma planeada e não em função das necessidades temporárias de determinada campanha ou empresa.

É urgente tomar decisões e parar a destruição do litoral, pois todos sabemos onde pára a voragem destes neo-agricultores-empresendedores e todos nos lembramos do desastre que foi o início da agricultura intensiva em Odemira com Thierry Roussel.

Depois do cerco em terra, prepara-se agora o cerco pelo mar.

E O PETRÓLEO, P'RA QUÊ?

Petróleo a Sudoeste ou a destruição do litoral português debaixo dos interesses dos senhores do petróleo? Iremos ficar ricos e tirar rendimentos significativos para o País? Os contratos conhecidos mostram que o Estado só receberia uma insignificância quando os grupos petrolíferos amortizarem a totalidade dos custos com a operação.

E mesmo aí falamos de valores irrisórios face aos gigantescos riscos que as operações implicam e aos lucros que as petrolíferas arrecadariam.

Todo o PNSACV está sob ameaça da exploração que agora se pretende iniciar ao largo da nossa costa.

A prospeção e exploração de hidrocarbonetos assentam num modelo energético que agrava as alterações climáticas, quando é urgente concentrar os esforços e investimentos na transição para energias limpas.

Na fase de exploração serão utilizadas técnicas de Fracking, com forte impacto no meio marinho e o aumento drástico de riscos sísmicos.

Em 11 de Janeiro de 2017, a Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos autorizou o consórcio da Galp/ENI a fazer o primeiro furo na Bacia do Alentejo, no mar de Aljezur, o primeiro até agora realizado em Portugal, a uma profundidade entre os 2500 e os 3000 metros. Desconhece-se a obrigação das empresas de terem seguro de responsabilidade civil ou o pagamento de cauções.

Desde maio de 2016, bem antes do início da consulta pública e da concessão da licença para a realização do furo, este consórcio tem todas as operações preparadas junto ao porto de Sines... Estranho, ou talvez não.

As populações têm demonstrado frontal oposição a este processo: 42295 pessoas manifestaram-se contra a realização de furos num processo de consulta pública que, antes de chegar ao fim, já tem a decisão tomada. Mais uma vez bastante estranho...

É um erro que poderemos pagar bem caro: marés negras, bancos pesqueiros destruídos, zonas costeiras arrasadas, setor do turismo condenado, anos e anos de poluição.

A maioria dos municípios diretamente afetados já se manifestou contra esta ameaça. Em Odemira, por proposta do BE, a Assembleia Municipal deliberou manifestar frontal oposição à prospeção e exploração de hidrocarbonetos na bacia do Alentejo, sem avaliação dos seus impactos económicos, sociais e ambientais e sem consulta pública.

Impedir estes furos é a nossa luta e o nosso compromisso.

Pedro Gonçalves, deputado municipal do BE em Odemira